

Questão gerencial definirá os rumos

"A questão gerencial do Estado é uma das mais relevantes em termos políticos e ela vai definir se essa sociedade vai conseguir realizar uma proposta de um sistema aberto, mais democrático, mais justo, mais participante, ou se vamos continuar dependentes de uma máquina e do autoritarismo estatal", na opinião de Célio França, Secretário Executivo do Programa Nacional de Desburocratização.

Para ele, no Brasil tudo virou problema federal, o que vê com "enorme preocupação, como um gargalo dramático do nosso desenvolvimento", o fato de que o Estado tenha, hoje, a seu cargo, um conjunto de problemas que está acima de sua capacidade de solução.

Segundo Célio França, nós não temos tecnologia gerencial disponível na face da terra para administrar alguns dos sistemas megalômanos que se criaram. E, para ele, não é por outra razão que sistemas como a Previdência Social, da Habitação, e inúmeros outros sistemas administrativos, apresentam sinais de falência, de obsolescência, de incapacidade de realização ou prestação de serviços públicos essenciais.

E alguns desses sistemas governamentais, ainda que cheios de boa vontade, munidos das melhores intenções, têm se transformado em verdadeiras instâncias de desmobilização social:

— Vejamos, por exemplo, o caso das Santas Casas de Misericórdia, centros extraordinários de transferências de tecnologia médica até 15 ou 20 anos atrás. De repente, o Governo imagina uma Previdência Social, tecnicamente concebida, gerida pelo Estado, e essa Previdência paralisa as Santas Casas.

Anteriormente independentes do Estado, segundo Célio França, elas começam a apresentar deficiências financeiras, organizacionais e gerenciais. A sociedade — as empresas e a população — tiveram sua carga de impostos aumentada e deixaram de contribuir para esse tipo de atividade autônoma do Estado e, em 20 anos, não se criou a Previdência imaginada.

A mesma coisa aconteceu na área da educação, nas creches assistenciais:

— Quantos milhares de pequenas creches, pequenos educandários, foram fechados nesse país, em nome de uma solução hipercorreta, de uma Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor, equipada com psicólogos, assistentes sociais e tudo mais? E, 15 ou 20 anos depois, desmobilizamos aquilo que existia e não conseguimos criar aquelas propostas bem-intencionadas das tecnocracias e burocracias estatais.

Nesse sentido, destaca Célio França, o

que tem que se realizar hoje é a concepção política de que o Estado pode muito menos do que toda a teoria, toda a tecnologia de desenvolvimento dos anos 50 e 60, na qual acreditamos.

— Neste final de século XX, me parece que temos que botar o pé no chão e lidar com a realidade, entender que aqueles sonhos de um Presidente Kennedy, que justificavam a Aliança para o Progresso, de que um Estado altamente presente, uma burocracia bem treinada e bem-intencionada, podia, em um curto espaço de tempo, fazer a redenção social, em canto nenhum desse planeta se transformou em realidade.

Célio França destaca ainda que "olhando e vivendo dentro do Estado, vejo as despesas governamentais, em termos de duas curvas essenciais": numa primeira estão os custos que se referem diretamente aos serviços e benefícios prestados à população (no caso do INPS, à radiografia tirada, o exame de sangue, a consulta médica) e na segunda os dispêndios necessários à manutenção das máquinas administrativas.

Ele explica que entre os anos 50 e 70, devido ao desenvolvimento tecnológico acelerado e à expansão das capacidades, sobre tudo da produção industrial, o Governo pode se apropriar de mais recursos, arrecadar mais dinheiro e pode ampliar esses serviços.

Essa manipulação correspondeu à ampliação das máquinas administrativas, e as duas curvas mantiveram mais ou menos a mesma proporção enquanto duraram os

anos do milagre brasileiro (milagre que aconteceu no Brasil e nos outros países do mundo).

A partir dos anos 70, entretanto, segundo Célio França, com a crise da escassez de recursos, a curva de bens e serviços percebidos pela população ficou, na melhor das hipóteses, estacionária, enquanto a dos custos de administração prosseguiu sua escalada geométrica.

Em consequência, alguns sistemas governamentais operam hoje com taxas de administração até superiores a 60 e 70 por cento e criaram-se serviços públicos, inclusive programas da área social, que apresentam características de "uma burocracia e de uma gestão altamente incestuosas" e, mais do que a serviço dos benefícios, mais do que a serviço da população, esses recursos são colocados a serviço da própria máquina.

Depois de historiar o processo de desenvolvimento brasileiro, que considerou retardatário principalmente pelo atraso do país em tomar o "bonde da revolução industrial", atendo-se como Portugal ao sistema mercantilista, e de comentar o centralismo administrativo do país, Célio França lamentou que, quando se fala em aumento das prerrogativas do Congresso, da autonomia do Congresso para legislar em matéria financeira ou matéria tributária, muito pouco se discute sobre o assunto.

Para ele, é muito menos importante a aprovação do orçamento do departamento X, Y ou Z, que passa pelo Congresso, e uma alocação de recursos decidida a nível de um banco estadual de desenvolvimento, que pode privilegiar ou punir determinados setores:

— Ela contém decisões políticas de relevância muito maior do que aquilo que passa pelo Congresso. Acho que, se esse país pretender construir uma sociedade democrática, a questão do controle político da administração pública é alguma coisa essencial, que vejo com certa ansiedade, e com certo desolamento pelo fato dessas coisas serem sempre muito pouco discutidas. É um desafio que devemos enfrentar.

É dentro desse enfoque que Célio França situa seu trabalho à frente da Secretaria Executiva do Programa Nacional de Desburocratização, no sentido de "restaurar a forma de atuação e a vocação original" que inspiraram a criação do Programa, em 1979:

— O nosso compromisso hoje, na Secretaria, é essencialmente pragmático, de tentar identificar e descobrir as formas ou os locais e as atividades em que a atuação do Estado representa um custo desnecessário para a sociedade.



Célio França